

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA**  
**EMENDA Nº 60 À PEC 133, DE 2019**

(Do Sr. Randolfe Rodrigues e outros)

*Emenda à PEC 133/2019 para modificar o art. 195, § 7º, da Constituição Federal, nos termos da redação dada pelo art. 1º da PEC 133, de 2019, para estabelecer a imunidade na contribuição à Seguridade das entidades beneficentes.*

Art. 1º - Dê-se ao art. 195, § 7º, da Constituição Federal, nos termos da redação dada pelo art. 1º da PEC nº 133, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 195. ....

.....

§ 7º São imunes de contribuições para a seguridade social as entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e/ou educação que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019, especificamente no que tange a alteração do § 7º do Art. 195 da Constituição Federal da forma proposta é prejudicial à milhões de pessoas que utilizam os serviços prestados pelas Entidades Benéficas.

Estas entidades prestam serviços nas áreas de assistência social, educação e/ou saúde, porém com a alteração proposta, mais de 2,4 milhões de alunos beneficiados com bolsas de

Recebido em 17.9.19  
Hora: 22:40

Renata Bressan Saldanha - Mat. 315749  
SGM/SLF



SF/19218.10096-17

Página: 1/3 17/09/2019 10:54:43

e633d661ec07348bd1aa2861dff0e00ef10291b7

estudos deixarão de contar com o benefício (a educação é fundamental para o crescimento do país), vez que o benefício constitucional é importante para auxiliar na manutenção de suas atividades e o legislador constituinte visou protegê-las visando o bem comum.

O artigo proposto carece de alteração, para também não haver redução de leitos ofertados ao SUS e cabe ressaltar que não se levou em consideração que as Entidades Benéficas são parceiras do Estado e atuam onde o Estado não supre as necessidades, sendo importante lembrar que o retorno à sociedade é muito superior à economia pretendida, porém cabe frisar que uma economia às custas de redução de bolsas de estudos e de leitos SUS, dentre outros pontos não é o melhor caminho.

A pesquisa realizada em 2016 pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF) intitulada “*A Contrapartida do Setor Filantrópico para o Brasil*” mostra que o retorno à sociedade é muito superior à imunidade recebida pelas entidades beneficentes.

Cabe ressaltar que a obtenção da imunidade por estas entidades está diretamente relacionada ao cumprimento da contrapartida estabelecida por área de atuação, ou seja, a imunidade que estas entidades possuem, retornam à população na forma de prestação de serviços, ou seja, o benefício em última análise é para a sociedade.

Visando resguardar as entidades beneficentes e o interesse público, propomos atualizar o texto constitucional com o objetivo de dirimir as diversas controvérsias, tendo em vista que há demandas sobre o tema no judiciário há mais de 20 anos - vide: ADIN 2028 e Repercussão Geral 32. A correção do texto será providencial, pois a redação proposta pela PEC vem de encontro com a decisão do Supremo Tribunal Federal na repercussão geral nº 32 e sua redação precisa ser atualizada.

*Decisão: Após o voto-vista da Ministra Rosa Weber, que divergia do Ministro Marco Aurélio (Relator) e acolhia parcialmente os embargos de declaração para, sanando os vícios identificados, i) assentar a constitucionalidade do art. 55, II, da Lei nº 8.212/1991, na redação original e nas redações que lhe foram dadas pelo art. 5º da Lei nº 9.429/1996 e pelo art. 3º da Medida Provisória n. 2.187-13/2001; e ii) a fim de evitar ambiguidades, conferir à tese relativa ao tema n. 32 da repercussão geral a*



SF/19218.10096-17

Página: 2/3 17/09/2019 10:54:43

e633d661ec07348bd1aa2861dff0e00ef10291b7



*seguinte formulação: "A lei complementar é forma exigível para a definição do modo benéfico de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas", no que foi acompanhada pela Ministra Cármen Lúcia, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 25.04.2019.*

Essa emenda propõe alinhar a PEC ao entendimento do STF de que se trata de verdadeira imunidade (vedação do poder de tributar) e não isenção (renúncia fiscal), delimita a imunidade às três áreas de atuação mais relevantes (saúde, educação e assistência social) e, por fim, estabelece que as vedações ao poder de tributar só podem ser reguladas por meio de Lei Complementar.

  
**RANDOLFE RODRIGUES**  
Líder da REDE Sustentabilidade



SF/19218.10096-17

Página: 3/3 17/09/2019 10:54:43

e633d661ec07348bd1aa2861dff0e00ef10291b7





## EMENDA À PEC 133/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

### Gabinete da Liderança da REDE

Emenda à PEC 133/2019 para modificar o art. 195, § 7º, da Constituição Federal, nos termos da redação dada pelo art. 1º da PEC 133, de 2019, para conceder imunidade às entidades beneficentes.

| SENADOR            | ASSINATURA |
|--------------------|------------|
| Paulo Paim         |            |
| Humberto Costa     |            |
| Raposo             |            |
| Eduardo Girão      |            |
| Plínio Valério     |            |
| Soraya Thronicke   |            |
| Jacques Wagner     |            |
| Tereza de M. Maia  |            |
| Romário            |            |
| Eliziane Gama      |            |
| Jayne Campos       |            |
| Eduardo Braga      |            |
| Lucas Barreto      |            |
| Leila Barros       |            |
| Werverton          |            |
| Requena            |            |
| Lasier Martins     |            |
| Onar Aziz          |            |
| Styvenson Valentim |            |

[illegible]